

á dívida Galvêas diz o que o País quer dos credores 25 MAI 1984

Enquanto se informava ontem, em Brasília, que a economista chilena Ana María Jul iniciará terça-feira uma nova auditoria das contas brasileiras, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, desmentia a informação de que o governo vai propor, na reunião de chanceleres de Bogotá, a fixação de um prazo de dez anos para o pagamento da dívida externa, com cinco de carência, como foi divulgado por alguns jornais.

"Não é verdade. Não existe essa proposta. O que o Brasil quer — e isso vem sendo sistematicamente colocado e defendido na mesa das negociações, tanto com as instituições oficiais do Clube de Paris, como com a comunidade de bancos internacionais — é o maior prazo possível e a menor taxa de juros (e spread), para o reescalonamento de sua dívida externa", ditou Galvêas à imprensa, por meio de sua assessoria.

De fato, na quarta-feira, o Ministério da Fazenda não disse em nenhum momento que existia proposta para renegociar a dívida com prazo de dez anos, sendo cinco de carência. O que foi dito por alta fonte do ministério, envolvida diretamente nas negociações, foi que o Brasil se sentirá satisfeito se conseguir com os bancos credores prazo de dez anos para pagar, porque este prazo supera até mesmo o obtido com o Clube de Paris.

Ocorre que foram dadas as mais variadas interpretações a essa declaração, e algumas delas como se essa fosse já a proposta do governo brasileiro à reunião de Bogotá, da qual deverão participar o chanceler Saraiva Guerreiro e um ministro da área econômica, Galvêas ou Delfim. Na sua declaração de ontem, o ministro da Fazenda não desmente a versão de que um prazo de dez anos, superior em apenas um ao obtido no ano passado, é o mais realisticamente possível de ser conseguido junto aos credores externos.

Divergências

Fica clara, todavia, a divergência entre a área econômica e a área diplomática, agora também envolvida nas negociações externas. A área econômica, que vem negociando com os credores desde 1982, acha que ficar acenando com prazos de 15 anos para pagar é inviável, porque os credores simplesmente não vão sequer mais liberar recursos para o País. E a diplomacia acha que as idéias da área econômica são muito "tímidas".

A diplomacia também alerta



para uma declaração do ministro da Fazenda de que existe "coincidência de interesses" com os credores. Na verdade, observam, isso absolutamente não existe, pois os bancos estão sobretudo querendo receber o que emprestaram e nesse sentido orientam sua coordenação a renegociação brasileira.

Para fontes financeiras, a nota do ministro Ernane Galvêas indica

que o Brasil vai efetivamente propor a idéia de formação de um fundo especial com recursos dos países desenvolvidos. Depois de fixada uma taxa de juros, se houver aumento, os países em desenvolvimento obtêm recursos desse fundo, com encargos inferiores aos de mercado, para cobrir o aumento da taxa. Essas mesmas fontes, porém, alertam para a questão dos prazos. No passado, o País errou tremenda mente ao obter recursos externos com prazos pequenos para financiar a construção de projetos de longa maturação.

O resultado das afirmações e dos desmentidos do Ministério da Fazenda é bem negativo: alguém envolvido nas negociações externas andou dizendo, antes da próxima rodada com os banqueiros, que aceita o prazo mais conservador para pagar a dívida. Esse erro estratégico, os diplomatas agora envolvidos na negociação não perdoam.

Otimismo

O presidente do conselho de administração do Bradesco, Antônio Carlos Almeida Braga, previu ontem que tudo vai contribuir para a melhoria das condições da renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento: "Estive em Nova York, na semana passada, e senti que o governo e os bancos norte-americanos e também os governos das demais nações industrializadas estão convencidos de que devem favorecer a renegociação. Os credores sabem que precisam dar flexibilidade à renegociação. Do contrário, todos vão sofrer. Eu acho que as discussões e os últimos acontecimentos também já fizeram a cabeça do FMI".

Ao aceitar o adjetivo de otimista, Almeida Braga afirmou ter motivos para acreditar que o FMI venha a anunciar uma mudança de filosofia, já em sua próxima assembleia anual de setembro: "O FMI sabe que o ajuste das economias dos países endividados não pode ser uma coisa fria, e sim um negócio que leve em consideração outros dados além do simplesmente pagar e receber o mais depressa possível".